

## ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	5
PREFÁCIO	7
I. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS CONTRA-ORDENAÇÕES	9
1. História do Direito das Contra-ordenações	9
1.1. Antecedentes remotos	9
1.1.1. O Estado absolutista e a distinção entre “magistério criminal” e “magistério de polícia”	9
1.1.2. O Estado de Direito liberal e a jurisdicionalização das contravenções	11
1.2. Antecedentes próximos	16
1.3. Tendências evolutivas recentes	31
2. Localização do Direito das contra-ordenações no quadro da ordem jurídica	41
3. O Direito Público sancionatório externo: crimes e contra-ordenações – critérios de distinção	45
II. PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO DAS CONTRA-ORDENAÇÕES	57
1. Princípios da proporcionalidade, da culpa e da legalidade e seus corolários	57
1.1. Funções dos princípios com assento constitucional	57
1.2. Princípio da proporcionalidade	58

1.3. Princípio da culpa	63
1.4. Princípio da legalidade	67
1.4.1. A exigência de lei escrita e o problema da reserva de lei	68
1.4.2. A exigência de lei certa e os limites da indeterminação legal	71
1.4.3. A exigência de lei estrita e a proibição da analogia	77
2. Aplicação da lei contra-ordenacional no tempo e no espaço	79
2.1. A exigência de lei prévia e a sucessão de leis contra-ordenacionais no tempo	79
2.2. Aplicação da lei contra-ordenacional no espaço	86
III. A TEORIA DA CONTRA-ORDENAÇÃO E A RESPONSABILIDADE CONTRA-ORDENACIONAL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS	89
1. A teoria da contra-ordenação como esquema conceptual-normativo aplicativo e decisório	89
2. Os elementos da infracção: o art. 1.º do RGCO	90
3. Os agentes: a responsabilidade das pessoas colectivas	91
4. O facto típico: tipo objectivo e subjectivo; afastamento da tipicidade	98
4.1. Tipo objectivo: o problema da acessoriedade administrativa	98
4.2. Tipo subjectivo: dolo e erro	105
4.3. Afastamento da tipicidade: as autorizações administrativas	112
5. O facto ilícito: ilicitude e exclusão da ilicitude; as causas de justificação	117
5.1. Ilicitude e exclusão da ilicitude	117
5.2. O desconhecimento da situação justificante	125
5.3. O erro sobre os elementos objectivos de uma causa de justificação	126
6. O facto culposo: culpa e exclusão da culpa	127
7. O facto tentado: tentativa e desistência	129
8. O facto participado: a teoria da participação nas contra-ordenações	135
9. Concurso de contra-ordenações	141
10. Concurso entre crimes e contra-ordenações (concurso de infracções)	152

IV. AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA CONTRA-ORDENAÇÃO	163
1. Espécies e finalidades das sanções contra-ordenacionais	163
2. Determinação da medida da coima	169
3. A reincidência e o registo de contra-ordenações	171
4. A responsabilidade subsidiária e solidária dos dirigentes de pessoas colectivas pelo não pagamento por estas das coimas em que foram condenadas	174
V. O PROCESSO CONTRA-ORDENACIONAL	185
1. Processo contra-ordenacional e processo penal	185
2. Estrutura e princípios do processo contra-ordenacional: presunção de inocência, <i>ne bis in idem</i> (processual), <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> , proibição da <i>reformatio in pejus</i>	193
3. Sujeitos do processo contra-ordenacional	196
4. Tramitação (I): “fase” administrativa	215
5. Tramitação (II): “fase” judicial	238
6. Decisão definitiva, caso julgado e revisão	256
BIBLIOGRAFIA	259